



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 5/2012 -----

-----Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 5 de março de 2012, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **2.460.768,41 € (dois milhões, quatrocentos e sessenta mil, setecentos e sessenta e oito euros e quarenta e um centimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

**1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

**2 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**2.2.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES**-----

-----**2.2.1.1 – TDT – TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE – PONTO DE SITUAÇÃO**-----

-----O vereador José Carlos Mendes questionou o Presidente da Câmara relativamente ao que está a ser feito no âmbito do processo de implementação da TDT – Televisão Digital Terrestre no concelho, sublinhando que “o apagão analógico está cada vez mais próximo e como tinha a indicação de que iriam realizar-se algumas reuniões sobre esta matéria gostaria de saber se já foi encontrada alguma solução ou se efetivamente a instalação do sistema que permitirá o acesso ficará sob a responsabilidade de cada uma das pessoas, com custos acrescidos, e bem assim se, não havendo qualquer decisão por parte, quer da PT – Portugal Telecom, quer da ANACOM, o executivo em permanência tem ou não intenção de apresentar à Câmara Municipal uma proposta no sentido de ajudar a resolver este processo”. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara informou tratar-se de um assunto que tem sido devidamente acompanhado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, passando-lhe de seguida a palavra para que preste as necessárias informações relativamente à matéria em causa.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Interveio assim o vereador José Francisco Rolo esclarecendo que “temos essencialmente no concelho 5 freguesias problemáticas, Alvôco das Várzeas, Avô, Penalva de Alva, São Gião e São Sebastião da Feira, ou seja, as que têm mais baixa de taxa de cobertura do sinal de TDT”. Prosseguiu referindo que “depois de várias diligências a Assembleia da República aprovou, por unanimidade, uma recomendação ao Governo no sentido de que seja dada cobertura universal do sinal digital, seja por televisão digital terrestre, seja por satélite, sem custos adicionais, para os utilizadores sendo que a PT – Portugal Telecom fica obrigada a subsidiar, incluindo a mão-de-obra, equipamentos recetores terminais, antena e cablagem dos clientes residentes em zonas não cobertas por rádio difusão digital terrestres para que não tenham qualquer acréscimo de custo face aos demais utilizadores”.-----

----- Relativamente ao posicionamento do representante da ANACOM na reunião realizada na passada terça-feira nos Paços dos Município, deu conta que “verificámos muita disponibilidade para ouvir e explicar mas também constatámos que aquela entidade, em vez de se assumir como defensora do serviço público, na prática, comporta-se como advogada de defesa da PT – Portugal Telecom”. Disse constatar “uma grande cumplicidade entre o papel do regulador e o papel do prestador único do serviço que é a PT, num negócio que é de milhões”. Explicou que, no seguimento da referida reunião, onde estiveram presentes representantes das freguesias do concelho, nomeadamente daquelas que têm baixa taxa de cobertura, confrontámos o representante da ANACOM com o facto do Presidente do Conselho de Administração daquela entidade ter dito que não ficava satisfeito enquanto todos os portugueses não tivessem acesso a televisão digital terrestre e bem assim com todas as melhorias que foram introduzidas na rede nacional, em zonas de baixa taxa de cobertura, tendo aquele reconhecido que aquelas melhorias foram introduzidas pela PT e não pela ANACOM”. Esclareceu que face àquela afirmação o Sr. Presidente da Câmara realçou a necessidade de serem encontradas soluções para o concelho de Oliveira do Hospital, ao que o representante da ANACOM manifestou disponibilidade para fazer chegar à PT a necessidade de melhorar a cobertura em zonas do interior tendo salientado que essa decisão ficaria dependente de quem ganhou o concurso público. Deu igualmente conta que, concluída esta reunião, o Sr. Presidente da Câmara deslocou-se para uma reunião da CIMPIN, em que participaram os 14 municípios parceiros e o mesmo Administrador da ANACOM, sublinhando que “para além da desmontagem do discurso oficial de propaganda da ANACOM aquilo que ficou assente foi que os 14 municípios em conjunto iriam subscrever um documento reivindicativo, junto da PT, entidade que ganhou o concurso público e que tem a obrigação de instalar equipamentos no terreno para ampliar a cobertura de rede, ancorado naquele argumento”.-----

-----Acrecentou ainda que “a ADXTUR enviou um documento relativamente à solução para a acessibilidade à TDT na rede das Aldeias do Xisto, com custos de instalação de equipamento desde os 2.700,00 € aos 30.000,00 €, consoante as várias soluções apresentadas, custos esses que, segundo informação técnica obtida, estão inflacionados e trata-se de um projeto que não foi feito pela PT mas por outra empresa”. Concluiu tratar-se de um processo que tem dado a ganhar milhões à PT e acarretado custos sociais para os municípios, sublinhando no entanto que “no meio deste logro todo há freguesias que são indicadas com 100% de cobertura, quando na prática não têm, como é o caso da freguesia de Vila Franca da Beira, sendo que a explicação do administrador da ANACOM é que a cobertura é feita por estimativa, ou seja, estes valores da cobertura do concelho de Oliveira do Hospital na ordem dos 78%, provavelmente, estão sobre estimados/avaliados, estão acima daquilo que existe na realidade”. No que se refere aos custos sociais associados à instalação dos referidos equipamentos deu conta que “houve um reforço da comparticipação na aquisição dos equipamentos/descodificadores para acesso à TDT, onde há sinal”, sublinhando que “a Câmara Municipal já enviou um ofício/edital para todas as Juntas de Freguesia do concelho no sentido de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

que, cada um dos munícipes que esteja dentro do intervalo do apoio social para a aquisição destes equipamentos, subsidiado pela PT, se desloque ao Gabinete de Ação Social e Saúde da autarquia para que, os técnicos analisem se o seu agregado familiar tem ou não condições para ser subsidiado e instruem o respetivo processo administrativo para que a PT possa reembolsar as famílias, após realizada a despesa”. Concluiu referindo esperar que “o Governo e a PT cumpram a resolução da Assembleia da República sobre a adoção de medidas necessárias para que seja dada cobertura universal da TDT, sem custos adicionais para os utilizadores pois não quero acreditar que a PT queira estar acima dum órgão de estado, que é a Assembleia da República”. -----

-----**2.2.1.2 – ÚLTIMA EDIÇÃO DO BOLETIM MUNICIPAL**-----

-----O vereador José Carlos Mendes acusou a receção da última edição do Boletim Municipal, salientando que “ao contrário de muitas pessoas que estavam convencidas de que este boletim não seria editado atendendo a que os tempos de hoje aconselham a que se reduzam ao máximo as despesas em setores que não são fundamentais para o desenvolvimento do concelho, eu tinha a noção de que haveria Boletim Municipal, porque, como todos sabemos, é também um instrumento de propaganda e é uma forma de tentar minimizar determinadas atividades ou obras que não foram realizadas”. Disse ainda que “tendo em conta a riqueza gráfica e o tamanho deste Boletim Municipal a coerência do executivo anda muito por baixo já que, anteriormente, muito criticaram situações deste género. Ora, se fizeram essas críticas deviam agora refletir e pensar se deveriam ou não continuar com o mesmo tipo de atuação nesta área”. -----

-----Sobre o assunto, interveio o vereador Mário Alves que disse discordar da intervenção do vereador José Carlos Mendes, salientando que “eu não desempenho um papel na oposição e outra no poder, e enquanto estive no poder sempre entendi que o Boletim Municipal era um veículo fundamental para informar os munícipes sobre a atividade do município, nomeadamente no que se refere à atribuição de subsídios para que os responsáveis possam ser confrontadas pelos respetivos associados relativamente aos valores dos subsídios atribuídos pela autarquia e bem assim do uso que deram a essas verbas, ou seja, é também uma forma de fiscalizar as associações culturais, recreativas e desportivas existentes no concelho”. Disse assim entender que “o Boletim Municipal serve para dar a conhecer ao munícipe a atividade da autarquia e bem assim de como se gasta o dinheiro de que todos somos responsáveis pelas decisões que tomamos”. Reconheceu no entanto que “as oposições usam sempre os mesmos argumentos e com os quais eu não concordo pelas razões que já expus”, lembrando que “já no passado, o PS fazia precisamente a mesma leitura”.-----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara dirigindo-se ao vereador José Carlos Mendes referiu que “o senhor gosta muito de usar uma expressão que, ultimamente, está em voga “coerência do executivo”, utilizou-a aquando da “contratação” do vereador Paulo Rocha e agora usou-a para questionar o Boletim Municipal. Eu desafiava-o a encontrar um documento em que nele conste uma mensagem do Presidente deste executivo a criticar outro Boletim Municipal”. Salientou que “em termos pessoais nunca o fiz”, lembrando que “a nossa edição até deixou de ser trimestral para ser anual”. Prosseguiu referindo que “percebemos bem qual é que é o papel da oposição e o trabalho que tem de fazer nesse sentido, agora, julgo que o Boletim Municipal também tem que ter alguma dignidade para informar os munícipes, mesmo que tenhamos consciência que daí também podem advir alguns problemas”. Realçou ainda que “não se trata de um instrumento de propaganda mas sim de uma compilação de informação da atividade da autarquia”. -----

-----O vereador José Carlos Mendes interveio referindo respeitar a posição, quer do senhor Presidente da Câmara, quer do senhor vereador Mário Alves, salientando no entanto que “ninguém me pode impedir de ter a minha opinião e continuo a achar que o Boletim é fundamentalmente um



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

instrumento de propaganda e não um instrumento de informação para o munícipe”. Disse igualmente entender que “o vereador Mário Alves até se contradiz relativamente à redução de custos quando afirma que é necessário rever a política de atribuição de subsídios e rever as taxas e tarifas do município”, tendo questionado “então porque não começamos por outros setores que não trazem qualquer problema ao munícipe?”. Lembrou que “no que diz respeito a informação, quer dos subsídios, quer de outros elementos que vêm no Boletim Municipal, são elementos que, ou são publicados nos jornais e no *site* do município, ou constam nas respetivas atas da Câmara Municipal”, sublinhando que “há um conjunto de suportes que o munícipe pode utilizar para ter acesso a essa informação”. No que se refere às obras disse entender tratar-se de uma matéria que é visível no terreno, entendendo assim que as pessoas não necessitam do Boletim Municipal para ter acesso a essa informação, e portanto, na minha perspetiva, trata-se de um documento de propaganda e, neste momento difícil em que vivemos, não se justifica porque existem outras prioridades onde os milhares de euros que foram gastos na sua elaboração poderiam ser utilizados de forma mais adequada”.-----

-----O vereador Mário Alves dirigiu-se ao vereador José Carlos Mendes referindo que “o senhor vereador anda no mundo da lua mas essa atitude já vem de longe”. Prosseguiu lembrando que “quando fui Presidente desta Câmara Municipal gastava no máximo cerca de 5.000€ na impressão de 8.000 exemplares, e portanto, uma coisa é falar de migalhas, de resíduos e de sobras, agora, outra coisa é falar de milhares, porque quando falamos em subsídios para o desporto federado falamos na ordem do 300.000,00 €/ano e para instituições são mais 125.000,00 €/ano”. Referiu igualmente que “todos são livres de pensarem o que entenderem mas se, enquanto fui Presidente desta Câmara Municipal, entendia que o Boletim Municipal era importante, hoje, continuo a ver as coisas da mesma forma e para mim trata-se de um instrumento de informação e não de propaganda”. Disse ainda que “percebo hoje tal como percebia no passado as críticas que eram feitas ao Boletim Municipal, mas às vezes não é conveniente para pré-iludir as pessoas relativamente a determinadas coisas e determinados contextos e, nessa lógica, o boletim muitas vezes não é muito conveniente”. -

-----Ainda sobre este assunto, interveio o vereador José Francisco Rolo esclarecendo que “de facto, no passado, eu fazia a análise crítica do Boletim Municipal pela impossibilidade de, como membro desta Câmara, participar na sua edição, reclamava e reivindicava o meu direito de nele participar, facto que me era vedado, pelo que reclamava e fazia a necessária e obrigatória crítica política em sintonia com a minha consciência, agora, nunca fui contra o boletim municipal como instrumento de divulgação das iniciativas e da aplicação do dinheiro da Câmara Municipal. Questionava sim os custos associados à sua edição porque entendia que poderia ser um boletim menos dispendioso”, admitindo que também agora terão que se reduzir custos relativamente à produção do boletim municipal.-----

-----Dirigindo-se ao vereador José Carlos Mendes mais referiu que “o povo decidirá se o senhor, um dia, é ou não Presidente da Câmara – eu espero que não - mas, se algum dia o povo decidir que o senhor é Presidente da Câmara, eu quero ver o senhor, como primeira medida quando for eleito, a dizer que “a partir de hoje, eu como Presidente da Câmara acabo com o Boletim Municipal e não mando um papel para casa de ninguém a fazer propaganda do trabalho que faço na Câmara Municipal”, frisando que “deixo-lhe este desafio”. Referiu igualmente que “se o senhor algum dia for Presidente da Câmara, cá estarei para lhe mandar uma carta a dizer que «mais uma vez foi incoerente»”.-----

-----O Presidente da Câmara referiu ainda que “coerência é o facto de ter feito constar da ordem do dia de hoje a revisão de um conjunto de regulamentos do município para o que foi apresentado um orçamento de 53.000,00 € acrescido de IVA”, ao que o vereador José Carlos Mendes disse entender que “poderia usar outras metodologias para mandar elaborar os regulamentos sem ser



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

contratar um vereador a tempo inteiro dado existirem funcionários na Câmara Municipal que poderiam fazer a adaptação da lei a esses regulamentos”. -----

-----Pelo Sr. Presidente da Câmara foi ainda referido que “na edição do Boletim Municipal a Câmara Municipal gastou cerca de 3.500,00 € e não fez 8.000 exemplares nem o enviou através dos CTT numa tentativa de reduzir os custos”, lembrando que “aquilo que a autarquia gastava com a edição da agenda cultural dá para pagar o Boletim Municipal”. Disse entender que o Boletim Municipal tem boa qualidade. No que se refere aos regulamentos disse que, ao contrário do que foi dito pelo vereador José Carlos Mendes, os serviços da Câmara Municipal foram ouvidos no âmbito da revisão dos regulamentos em causa nas diferentes áreas, sublinhando no entanto que “é preciso alguém que faça o trabalho de coordenação e, neste momento, face à complexidade das matérias, os serviços não têm condições para o fazer”. -----

-----O vereador Mário Alves disse que, na sua opinião, o executivo em permanência cometeu um grande erro de ter acabado com a Agenda Cultural por considerar que é um elemento de divulgação da atividade cultural interna e externa frisando que a grande maioria das autarquias têm agenda cultural. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que a programação da Agenda Cultural, agora, chega a Casa das pessoas através da informação impressa no verso da fatura mensal da água e através de newsletters. -----

**2.2.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

-----**2.2.2.1 – PESSOAS CONTRATADAS PELA ADESA/MUNICÍPIO**-----

-----O vereador Mário Alves questionou o Presidente da Câmara sobre quantas pessoas é que estão contratadas através da ADESA mas que trabalham para o Município de Oliveira do Hospital e bem assim sobre quantas pessoas é que estão contratadas e pagas pela autarquia mas que trabalham para qualquer outra entidade que não o município. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara respondeu que “todas as pessoas que estão contratadas pela ADESA trabalham para a Câmara Municipal”, ao que o vereador Mário Alves questionou se efetivamente eram mesmo todas porque tinha conhecimento de que uma delas não estava a trabalhar para a autarquia. -----

-----O Presidente da Câmara garantiu que iria confirmar tal situação, assegurando ao vereador Mário Alves de que lhe faria chegar uma listagem contendo a informação pretendida. -----

-----**2.2.2.2 – ELABORAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS EM ANTERIORES REUNIÕES DO EXECUTIVO**-----

-----O vereador Mário Alves questionou igualmente o Presidente da Câmara sobre se já foi efetuado algum estudo relativamente às propostas que apresentou à Câmara Municipal em anteriores reuniões do executivo, lembrando que “já passaram dois meses”. Prosseguiu referindo que “a Câmara Municipal tem que avançar e dar alguns sinais”, realçando a necessidade da autarquia redefinir a política de atribuição de subsídios e proceder aos ajustamentos necessários na respetiva tabela de taxas e licenças do município. Mais referiu que “isto é imprescindível e se queremos manter o município saudável em termos financeiros, ou atuamos a tempo ou perdemos o comboio”. Lembrou que “os tempos são difíceis no domínio das receitas e se continuarmos a ter custos sociais exagerados com determinadas matérias que competem ao consumidor pagar a Câmara Municipal não vai longe, e por isso, na minha opinião, é imprescindível que se resolvam





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

estas questões”. Disse entender que “as medidas têm que ser tomadas para bem do concelho”. Disse igualmente considerar imprescindível que a Câmara Municipal se debruce sobre as questões de pessoal e que defina aquilo que efetivamente é prioritário para o município porque há trabalhos que a Câmara Municipal pode contratualizar com empresas não havendo assim necessidade de contratar pessoal para esse efeito”.-----

-----O Presidente da Câmara deu conta que há um conjunto de situações que já estão a ser postas em prática, reconhecendo no entanto que “é preciso muito mais”. No que se refere à construção do pavilhão na Zona Industrial de Oliveira do Hospital informou que o projeto de execução já foi concluído, sublinhando que “o executivo em permanência tem procurado acolher os contributos/propostas apresentados pelos senhores vereadores”. Quanto à criação de um\_\_\_\_\_ apoio à natalidade admitiu que ainda não foi efetuado o necessário estudo económico-financeiro da proposta, sublinhando que “das propostas apresentadas pelo vereador Mário Alves é a única que ainda não foi objeto de estudo”.-----

-----No que se refere à alteração no âmbito das taxas e tarifas considera que é necessária mas entende que, nesta fase, é de difícil implementação. Disse no entanto que “a Câmara Municipal deve “cortar” noutras áreas enquanto poder resistir a esta”, esclarecendo que “isto não quer dizer que não se possa fazer alguma reestruturação no sentido de também impor aos munícipes algumas regras em determinadas áreas”. Explicou no entanto que “o momento atual do país não é o mais propício para que se façam os ajustamentos devidos. Penso que se devem realizar os estudos económico-financeiros, mas sem prejudicar a condição financeira devida do município, ou seja, é preciso economizar noutras áreas”. Esclareceu igualmente que “isso não quer dizer que eu seja contra a alteração das taxas, entendo é que, a ser feita, não pode ter um impacto significativo na bolsa dos munícipes oliveirenses”. Referiu a possibilidade de vir a ser criado um programa de apoio direto à atividade da ovinicultura no concelho de Oliveira do Hospital, isto é, apoiando os nossos pastores/criadores/queijeiros, considerado o período de seca que vivemos”. Registou com agrado o facto de perceber que algumas das propostas aprovadas no executivo têm vindo a ser secundadas pelo Governo, verificando que “a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital tem estado à frente nas tomadas de posição do Governo”. Considera no entanto que a situação atual do país deve servir de exemplo à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, tecendo breves considerações no que se refere à obrigatoriedade na redução de trabalhadores nas autarquias locais. -----

-----O vereador Mário Alves esclareceu que “quando falo em tarifários refiro-me apenas a duas ou três tarifas que considero vitais, porque ao nível das obras ainda recentemente foi feita uma revisão profunda nesse domínio e que trouxe mais receita para a autarquia”. Esclareceu igualmente que se referia à tarifa do saneamento, da recolha de resíduos sólidos urbanos e da água, salientando que são coisas diferentes. Lembrou que existe um regulamento de apoio social pelo que entende que a Câmara Municipal deve avançar para outras situações, citando como exemplo a definição de escalões para famílias numerosas e idosos com reformas mínimas. -----

-----Interveio ainda o vereador Paulo Rocha constatando que “vivemos numa dicotomia que nos causa alguns constrangimentos, por um lado a situação do país e a crise económico-financeira que se abate sobre as instituições e sobre as famílias, e isso não é de somenos importância e por outro a queda também provocada por esta situação do nível de receitas autárquico o que terá as suas consequências ao nível do investimento futuro e até mesmo da manutenção do equilíbrio financeiro das Câmaras Municipais, nomeadamente da de Oliveira do Hospital que ao longo dos anos teve uma gestão cuidada”. Referiu no entanto que a Tabela de Taxas que faz parte do Regulamento Geral das Taxas Municipais terá que ser revista em 2013, o que, na sua opinião, não faz qualquer sentido porque é ano eleitoral, entendendo assim que a revisão deve ser antecipada para este ano, retirando o ónus a todos os membros do executivo e a decisão não acontecer em função do ano



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

eleitoral. Esclareceu que “aquilo que se pretende não é estrangular o orçamento familiar mas subscreve a tese do vereador Mário Alves se a Câmara Municipal aumentar a faturação do consumo de água resultaria numa verba que poderia ser canalizada para projetos de apoio social a famílias carenciadas do concelho”. -----

-----O vereador Mário Alves disse tratar-se de uma medida que, na sua opinião, não pesaria no orçamento familiar e poderia ajudar a resolver muitos problemas sociais existentes no concelho.----

-----O vereador Paulo Rocha disse entender que “o esforço maior que a autarquia deve fazer ao longo deste ano, que terá as suas repercussões futuras, tem a ver com a contenção de custos internos que sejam considerados supérfluos e que possam ser minimizados ou reduzidos a todos os níveis”. -

**3 - ORDEM DO DIA** -----

**3.1 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:** -----

**A) AUTARQUIAS:** -----

**A-1) FREGUESIA DE TRAVANCA DE LAGOS** -----

D.A.G.F./Proc.30

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Freguesia de Travanca de Lagos**, um subsídio no montante de **280,95 € (duzentos e oitenta euros e noventa e cinco cêntimos)**, como comparticipação pela cobrança de 1.873 faturas de água durante o ano de 2011. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

**A-2) FREGUESIA DE VILA POUCA DA BEIRA** -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Freguesia de Vila Pouca da Beira**, um subsídio no montante de **1.551,86 € (mil, quinhentos e cinquenta e um euros e oitenta e seis cêntimos)**, para fazer face às despesas relativas à constituição de propriedade horizontal do edifício sede da Junta de Freguesia e respetiva escritura de doação do R/C do mesmo edifício à Associação de Melhoramentos de Vila Pouca da Beira. - -----

-----Nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, Paulo Rocha, José Carlos Mendes, Telma Martinho e do Presidente da Câmara e a abstenção do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR MÁRIO ALVES** -----

-----O vereador Mário Alves declarou abster-se na atribuição deste subsídio por entender que “estando em causa uma questão que envolvia duas entidades da mesma freguesia, deveria ter sido a Presidente da respetiva Junta de Freguesia a resolver o assunto sem a intervenção direta do Presidente da Câmara Municipal”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**B) INSTITUIÇÕES:-----**

**-----B-1) ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE DIGUEIFEL -----**

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Associação Recreativa e Cultural de Digueifel**, um subsídio no montante de **917,99 € (novecentos e dezassete euros e noventa e nove cêntimos)** para fazer face a despesas de funcionamento. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

**-----B-2) ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL E SOCIAL DE CABEÇADAS -----**

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Associação Recreativa Cultural e Social de Cabeçadas**, um subsídio no montante de **2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros)**, destinado à realização de obras de requalificação do edifício sede daquela associação. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

**-----B-3) CENTRO DE FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS COIMBRA INTERIOR-----**

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao **Centro de Formação de Associação de Escolas de Coimbra**, um subsídio no montante de **750,00 € (setecentos e cinquenta euros)**, como apoio ao desenvolvimento da atividade formativa – **ENCONTRO(S) CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** – que aquele centro e as escolas associadas dos concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e Tábua vão realizar nos dias 14 de março, 11 de abril, 9 e 16 de maio de 2012. -----

-----Sobre o assunto, interveio o vereador Mário Alves lembrando que “os centros de formação têm acesso a verbas específicas para o efeito”. -----

-----Nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, Paulo Rocha, José Carlos Mendes, Telma Martinho e do Presidente da Câmara e a abstenção do vereador Mário Alves, por discordar da atribuição do referido subsídio, aprovar a presente proposta. -----

**-----B-4) CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SANTA OVAIA --**

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao **Centro Paroquial de Solidariedade Social de Santa Ovaia**, um subsídio no montante de **50.000,00 € (cinquenta mil euros)**, destinado à execução de obras de ampliação das instalações daquela instituição.-----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto, interveio o vereador Mário Alves tecendo breves considerações relativamente ao modelo adotado pela instituição (empregada por administração direta) para execução das obras em causa. -----

-----O vereador José Francisco Rolo disse ter visitado o espaço e as obras em causa verificando que se trata de uma obra com apenas um piso térreo mas que está bem dimensionada quer em termos de acessibilidade e circulação das pessoas, quer ao nível da cozinha/refeitório. Deu ainda conta que “estão lançadas as bases para que o primeiro andar possa ser ampliado para qualquer outra função que pode ser para aumentar a capacidade de quartos no Lar”.

-----O vereador Mário Alves lembrou que “existe uma cozinha com todas as condições para fazer refeições a 500 metros daquele lar”, frisando que “temos equipamentos e devemos rentabilizá-los”. Mais referiu que “tal como eu o senhor vereador José Francisco Rolo sabe que tem ali muito próximo uma cozinha que fazia mais 40/50 almoços/jantares”. Referiu igualmente que “aquela estrutura poupava no domínio do pessoal, porque não tendo cozinha não precisa de cozinheiros”.---

-----O vereador José Francisco Rolo dirigindo-se ao vereador Mário Alves referiu que “há aí um equívoco e o senhor está a partir de uma premissa falsa”, lembrando que “o Lar tem cozinha mas é demasiado pequena e não cumpre os requisitos exigidos por lei, isto é, foi a Segurança Social que obrigou à criação de um novo espaço para a cozinha”. Lembrou ainda que no concelho de Oliveira do Hospital existem diversas estruturas ao nível do apoio social que estão a prestar serviço de proximidade às populações onde, por falta de condições, andam sempre a fazer pequenos acrescentos nas suas cozinhas, quando a 100/200 metros têm associações recreativas e culturais executadas com financiamentos públicos de TNS e/ou da Câmara Municipal”. Sublinhou que “é o mal deste país, que nos levou ao ponto onde estamos, ou seja, houve um tempo em que se achava que os orçamentos nacionais e municipais davam para tudo e que os fundos comunitários davam para multiplicar em cada lugar uma estrutura. E hoje, parte dessa fatura está a ser paga por esta geração de políticos/responsáveis, essa é a verdade”. -----

-----O vereador Mário Alves realçou que “há coisas que só pagamos se quisermos e esta é uma delas”, frisando que “já na última reunião mencionei outra situação, em que votei contra, por coerência”. Lembrou que “as pessoas têm a liberdade de se associarem, agora, a Câmara Municipal não tem é a obrigação de as financiar”. -----

-----Colocado o assunto à votação, a Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, Paulo Rocha, José Carlos Mendes, Telma Martinho e do Presidente da Câmara e a abstenção do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

-----O vereador Mário Alves declarou abster-se na atribuição deste subsídio pelas razões acima aduzidas.-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DOS VEREADORES ELEITOS PELO GRUPO DE CIDADÃOS OLIVEIRA DO HOSPITAL - OHS**-----

-----Os vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Oliveira do Hospital – OHS declararam votar favoravelmente a atribuição deste subsídio por considerarem que “a autarquia deve estar satisfeita por ter no concelho as instituições que tem neste campo e a trabalharem tão bem como elas trabalham, sempre com a ambição de criar melhores condições, quer para todos aqueles que já lá



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

estão como também para aqueles que possam vir a receber”. Disse ainda concordar com algumas das coisas que foram ditas pelos senhores vereadores mas que, na sua opinião, não têm a ver com a atribuição do subsídio mas sim com a reorganização dessas instituições no sentido de partilharem recursos, sublinhando no entanto que “isso é um trabalho que tem de ser feito vocacionado para o efeito e nada tem a ver com o subsídio ora atribuído”. -----

-----**B-5) CONFRARIA DO QUEIJO SERRA DA ESTRELA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que atribua à **Confraria do Queijo Serra da Estrela**, um subsídio no montante de **5.000,00 € (cinco mil euros)**, a título de comparticipação nas despesas inerentes à participação das Confrarias convidadas para a 21ª Festa do Queijo e Produtos de Qualidade de Oliveira do Hospital e outros eventos de animação a levar a efeito no âmbito do programa daquela feira. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta.** -----

-----**B-6) SOCIEDADE RECREATIVA ERVEDALENSE**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Sociedade Recreativa Ervedalense**, um subsídio no montante de **2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros)**, destinado à comparticipação de obras de melhoramento nas instalações do parque de lazer daquela associação. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta.** -----

**3.2 - OBRAS PARTICULARES:**-----

-----**3.2.1 - LISTAGEM DE PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.O.S.M./DOC.2

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 24 de fevereiro e 06 de março de 2012, conforme listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

**3.3 - TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE ALVÔCO DAS VÁRZEAS**-----

D.A.G.F./Proc.3/6

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara a ata da reunião da Comissão Municipal de Toponímia - Freguesia de Alvôco das Várzeas, que se realizou no passado dia 24 de fevereiro de 2012, visando a alteração da denominação de arruamentos na localidade de Parente, freguesia de Alvôco das Várzeas, tendo aquele responsável procedido à leitura integral da mesma. -----

-----**Considerando um conjunto de questões levantadas sobre o assunto em epígrafe, nomeadamente quanto ao modelo e conteúdo de ata remetido pela respetiva Junta de Freguesia, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e sob proposta do Presidente da Câmara, adiar a sua análise e discussão para uma próxima reunião a fim de solicitar àquela autarquia a retificação do referido documento bem como a remessa de uma planta de**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

localização das ruas em causa. -----

**3.4 - TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE LAJEOSA -----**

**D.A.G.F./Proc.3/6/DOC.3**

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara a ata da reunião da Comissão Municipal de Toponímia - Freguesia de Lajeosa, que se realizou no passado dia 24 de fevereiro de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, tendo aquele responsável procedido à leitura integral da mesma. -----

-----Atendendo ao parecer favorável da Comissão Municipal de Toponímia - Freguesia de Lajeosa e nos termos da alínea a) do artigo 3º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho de Oliveira do Hospital, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a denominação de arruamentos na freguesia de Lajeosa, solicitada pela respetiva Junta de Freguesia. -----

-----Mais deliberou dar conhecimento do conteúdo desta alteração, agora aprovada, à Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Hospital, à Repartição de Finanças deste concelho, bem como aos CTT – Correios de Portugal, em conformidade com o disposto no artigo 17º do Regulamento já referido.-----

**3.5 - TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SÃO PAIO DE GRAMAÇOS -----**

**D.A.G.F./Proc.3/6/DOC.4**

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara a ata da reunião da Comissão Municipal de Toponímia - Freguesia de São Paio de Gramaços, que se realizou no passado dia 24 de fevereiro de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, tendo aquele responsável procedido à leitura integral da mesma.-----

-----Atendendo ao parecer favorável da Comissão Municipal de Toponímia - Freguesia de São Paio de Gramaços e nos termos da alínea a) do artigo 3º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho de Oliveira do Hospital, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a designação de “Rua do Pavilhão” em virtude de ser essa a vontade expressa dos órgãos da Freguesia de São Paio de Gramaços, manifestando no entanto o desgosto pela designação em si mesma. -----

-----Mais deliberou dar conhecimento do conteúdo desta alteração, agora aprovada, à Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Hospital, à Repartição de Finanças deste concelho, bem como aos CTT – Correios de Portugal, em conformidade com o disposto no artigo 17º do Regulamento já referido.-----

**3.6 - AQUISIÇÃO DO TERRENO DO ESTÁDIO MUNICIPAL - ADENDA À DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 10 DE JANEIRO DE 2012 -----**

**D.A.G.F./DOC.5**

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, fazer uma adenda à ata da reunião camarária de 10 de janeiro de 2012, no sentido de retificar a deliberação relativa à aquisição do terreno do Estádio Municipal para que **onde consta:**-----

-----“A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, adquirir à Obra de Dona Josefina da Fonseca, Fundação de Solidariedade Social, IPSS, com sede na Rua Dr. Lourenço Justiniano, nº 12, 3400-113 Oliveira do Hospital, com o NIPC 500845662, o terreno conhecido por Campo de Futebol, inscrito na respetiva matriz predial da freguesia de Oliveira do Hospital sob o artigo 2845, com a área de 10.505,0000 m2 (dez mil, quinhentos e cinco metros quadrados), a confrontar de Norte com Obra Dona Josefina da Fonseca, de Sul com Agloma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

– Sociedade Industrial de Madeira Aglomerada, S.A., de Nascente com Rua Dr. João Afonso Ferreira Dinis e de Poente com Rua Prof. Dr. César de Oliveira, pelo valor global de 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros) que será pago da seguinte forma: Mês de janeiro de 2012 - 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros); Mês de fevereiro de 2012 - 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros); Mês de março de 2012 - 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros).”, **passa a constar:** -----

-----“A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, adquirir à Obra de Dona Josefina da Fonseca, Fundação de Solidariedade Social, IPSS, com sede na Rua Dr. Lourenço Justiniano, nº 12, 3400-113 Oliveira do Hospital, com o NIPC 500845662, o terreno conhecido por Campo de Futebol, inscrito na respetiva matriz predial da freguesia de Oliveira do Hospital sob o artigo 2845, com a área de 10.505,0000 m2 (dez mil, quinhentos e cinco metros quadrados), a confrontar de Norte com Obra Dona Josefina da Fonseca, de Sul com Agloma – Sociedade Industrial de Madeira Aglomerada, S.A., de Nascente com Rua Dr. João Afonso Ferreira Dinis e de Poente com Rua Prof. Dr. César de Oliveira, descrito na Conservatória do registo Predial de Oliveira do Hospital sob o número 2044/20120215, pelo valor global de 77.625,00 € (setenta e sete mil, seiscentos e vinte e cinco euros) que será pago nos termos constantes do Contrato-Promessa de Compra e Venda, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, e que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----Com a celebração do contrato – 27.625,00 € (vinte e sete mil, seiscentos e vinte e cinco euros) – a título de sinal; -----

-----Até ao 15 de março de 2012 – 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros); -----

-----Na data de assinatura da escritura de compra e venda - 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros).“-----

**3.7 - "II PÓLO INDUSTRIAL DA CORDINHA/SEIXO DA BEIRA" - PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTITUIÇÃO DE LOTES - PARCELA 12-----**

**D.A.G.F./DOC.6**

-----Tendo presente a informação dos serviços nº ADJ/003/2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, adiar a análise e discussão deste assunto para uma próxima reunião por considerar o valor de aquisição do prédio rústico em causa excessivo, devendo ser proposto ao proprietário do terreno em causa um valor adequado ao preço de aquisição dos restantes terrenos constituintes do mesmo loteamento industrial. -----

**3.8 – ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - ACORDO/PROTOCOLO PARA O ENQUADRAMENTO DE PESSOAL DESTINADO A INTEGRAR AS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP) – RATIFICAÇÃO--**

**D.A.G.F/Proc.32/9/DOC.7 E 8**

-----Nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Acordo Para o Enquadramento de Pessoal Destinado a Integrar as Equipas de Intervenção Permanente (EIP), celebrado em 3 de janeiro de 2011 entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital e bem assim ratificar o Protocolo Para o Enquadramento de Pessoal Destinado a Integrar as Equipas de Intervenção Permanente (EIP), celebrado em 16 de fevereiro de 2011 entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

do Hospital, o qual se destina a regular as condições de contratação e manutenção pela AHB de Oliveira do Hospital de elementos que integrarão as Equipas de Intervenção Permanente, documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Assim e nos termos do referido protocolo foi igualmente deliberado ratificar os pagamentos efetuados à Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital da comparticipação desta autarquia correspondente ao funcionamento da EIP no ano de 2011. --

-----Sob proposta do Presidente da Câmara foi ainda deliberado, por unanimidade e nos termos do protocolo celebrado para o efeito, autorizar o pagamento à Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital da comparticipação desta autarquia correspondente ao funcionamento da EIP durante o ano de 2012, no montante de 25.643,80 € (vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e três euros e oitenta cêntimos). -----

**3.9 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

**3.9.1 - MAPA DE TRANSPORTES** -----

D.A.G.F./DOC.9

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na atual redação, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 21 de fevereiro e 05 de março de 2012 e que constam do mapa que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

**4 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES:** -----

**4.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO** -----

**4.1.1 - AÇÃO SOCIAL** -----

**4.1.1.1 – IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CONFORTO HABITACIONAL PARA PESSOAS IDOSAS** -----

D.A.G.F.

-----O vereador José Francisco Rolo informou a Câmara Municipal que, no âmbito do programa mencionado em epígrafe, e na sequência da publicação do edital para apresentação das respetivas candidaturas, foram formalizadas 14 candidaturas sendo que, na fase de análise foram consideradas elegíveis 12, explicando que 6 foram apresentadas por intermédio das IPSS's, 2 por intermédio das Juntas de Freguesia, 5 através do Gabinete de Ação Social e Saúde da autarquia e 1 através do Gabinete de Apoio à Presidência. Deu ainda conhecimento que estes 12 processos serão a base das candidaturas apoiadas no âmbito do Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas, esclarecendo que o número limite de candidaturas para aprovação no concelho de Oliveira do Hospital é de 15 pelo que os serviços sociais têm estado a tentar encontrar mais 3 situações ilegíveis que possam ser enquadradas neste programa, rentabilizando a totalidade do financiamento da Segurança Social.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**4.1.1.2 – BANCO DE RECURSOS SOCIAIS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL** -----

D.A.G.F.





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador José Francisco Rolo informou a Câmara Municipal que, durante o mês de janeiro de 2012, recorreram ao Banco de Recursos Sociais de Oliveira do Hospital 70 famílias, na componente da loja social, e 22 famílias estão a receber o programa de ajuda alimentar a famílias carenciadas sendo que, nestas não estão contempladas aquelas que foram beneficiárias do complemento alimentar natalício. Deu igualmente conta que, naquele período, entraram 2.961 bens no banco de recursos sociais, encontrando-se em regime de voluntariado 3 pessoas, que no mês de janeiro iniciaram trabalho regular na loja social estando a sua colaboração a ser determinante para o bom funcionamento daquela estrutura.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**4.2 - INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRAÇA SILVA -----**

**-----4.2.1 - PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO AO CLUBE DE TÊNIS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL DO CAMPO DE TÊNIS MUNICIPAIS -----**

**D.A.G.F./DOC.10**

-----Sob proposta da vereadora Graça Silva a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta o protocolo de Cedência do Campo de Ténis, envolvendo Campo de Ténis e Balneários, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e o Clube de Ténis de Oliveira do Hospital, para desenvolvimento de atividades de desporto, bem como isentar aquela coletividade do pagamento das taxas inerentes à utilização do espaço em causa.-----

**-----4.2.2 – PROJETO EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS -----**

-----A vereadora Graça Silva, no âmbito do projeto Plano de Ação Territorial para a Promoção do Empreendedorismo nas Escolas, deu conta que, no passado dia 2 de fevereiro, decorreu na Câmara Municipal uma reunião com os representantes das escolas concelhias envolvidas naquele projeto cujo objetivo era fazer o ponto de situação relativamente à forma como estava a decorrer a formação junto dos respetivos professores bem como definir a programação da Semana Municipal do Empreendedorismo. Deu ainda conhecimento do conjunto de atividades que irá realizar-se no âmbito daquele evento, que se prevê ter lugar de 4 a 11 de maio do corrente ano. Disse igualmente que, no âmbito deste projeto, decorrerá no próximo dia 7 de março uma reunião conjunta entre os municípios de Tábua, Góis, Arganil e Oliveira do Hospital no sentido de coordenar as atividades a desenvolver durante aquela semana. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**-----4.2.3 – ENCONTRO CIDADANIA RESPONSABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL ----**

-----A vereadora Graça Silva referiu-se ainda ao 1º Encontro Cidadania Responsabilidade Sócio Ambiental, dando conta que se trata de uma ação que irá ser organizada pelas escolas do concelho de Oliveira do Hospital com a colaboração dos municípios de Arganil e Oliveira do Hospital e que contará com a presença de vários convidados. Salientou ainda que os 2º e 3º encontros terão lugar em Oliveira do Hospital na Casa da Cultura César Oliveira, nos dias 11 de abril e 9 de maio, que contarão com a presença dos palestrantes Professores Doutores: Helena Freitas, Luciano Lourenço, João Maria André e José António Caride Gómez. Esclareceu também que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital está a colaborar nesta iniciativa por se tratar de uma formação creditada e muito relevante para os docentes do concelho de Oliveira do Hospital. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**4.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA** -----

**4.3.1 - INICIATIVA LICENCIAMENTO ZERO - REVISÃO DOS SEGUINTE  
REGULAMENTOS:** -----

-----O vereador Paulo Rocha iniciou a sua intervenção fazendo o enquadramento legal da “iniciativa” “licenciamento zero”, designadamente a referência ao Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril, tendo abordado a possibilidade que existe de ser determinado um adiamento na entrada em vigor deste regime que visa desburocratizar um conjunto de atos administrativos simplificando a vida dos cidadãos e empresas, previsto para 2 de maio do corrente ano. -----

-----Entregou a todos os membros do executivo uma planificação das etapas a seguir, caso se mantenha a entrada em vigor definida inicialmente. -----

-----Enunciou de seguida as principais alterações que são preconizadas no Decreto-Lei nº 48/2011 e as suas implicações ao nível dos regulamentos municipais cujos projetos se encontram agendados para apreciação e votação na presente reunião. -----

-----Agradeceu por último toda a colaboração prestada pelos Srs.(as) Dr. João Mendes, Dr<sup>a</sup> Ângela Marques, Dr<sup>a</sup> Isabel Antunes, Eng<sup>o</sup> Fernando Durães, Arquiteto Carlos Leitão e Eng<sup>o</sup> Sérgio Cruz que permitiu em prazo recorde a elaboração destes projetos de regulamento. -----

**A) REGULAMENTO DE VENDA AMBULANTE DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA  
DO HOSPITAL** -----

**D.A.G.F./DOC.11**

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação do Projeto de Regulamento de Venda Ambulante do Município de Oliveira do Hospital, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Apreciada a mesma proposta, a Câmara Municipal, entre várias intervenções dos Senhores Vereadores e após algumas sugestões/alterações apresentadas sobre o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento de Venda Ambulante do Município de Oliveira do Hospital e submetê-lo a inquérito público nos termos do artº 118º do Código do Procedimento Administrativo. -----

**B) REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS  
ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL** -----

**D.A.G.F./DOC.12**

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação do Projeto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Oliveira do Hospital, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Apreciada a mesma proposta, a Câmara Municipal, entre várias intervenções dos Senhores Vereadores e após algumas sugestões/alterações apresentadas sobre o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Município de Oliveira do Hospital e submetê-lo a inquérito público nos termos do artº 118º do Código do Procedimento Administrativo. -----**

**C) REGULAMENTO SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DIVERSAS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----**

**D.A.G.F./DOC.13**

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação do Projeto de Regulamento Sobre o Exercício de atividades Diversas no Município de Oliveira do Hospital, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----**Apreciada a mesma proposta, a Câmara Municipal, entre várias intervenções dos Senhores Vereadores e após algumas sugestões/alterações apresentadas sobre o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento Sobre o Exercício de atividades Diversas no Município de Oliveira do Hospital e submetê-lo a inquérito público nos termos do artº 118º do Código do Procedimento Administrativo. -----**

**D) REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----**

**D.A.G.F./DOC.14**

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação do Projeto de Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda do Município de Oliveira do Hospital, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----**Apreciada a mesma proposta, a Câmara Municipal, entre várias intervenções dos Senhores Vereadores e após algumas sugestões/alterações apresentadas sobre o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda do Município de Oliveira do Hospital e submetê-lo a inquérito público nos termos do artº 118º do Código do Procedimento Administrativo. -----**

**5 – OUTROS ASSUNTOS -----**

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na atual redação, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

**5.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ARTº 26º DA LEI Nº 64-B/2011, DE 30 DE NOVEMBRO -----**

**D.A.G.F.**

-----Sobre o assunto mencionado em epígrafe, foi presente pelo Presidente da Câmara a informação que a seguir se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----“Tendo presente a intenção de contratação da prestação de serviços para: “ Aquisição de uma “Plataforma Eletrónica de Contratação Pública”, de forma a dar cumprimento às exigências do Código dos Contratos Públicos (DL 18/2008, de 29 de janeiro, mediante processo de ajuste direto simplificado, à “Construlink, S.A.” pelo prazo de 3 anos, no valor de € 20.790 (vinte mil setecentos e noventa euros) a que acrescerá o IVA, informo que não se tratando da prestação de trabalho subordinado em face do procedimento contratual evidenciado e da natureza do contrato, havendo cabimento orçamental na classificação 02-0225, não existindo qualquer relação ou



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

*participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço na contraparte, não sendo aplicável a redução remuneratória e não podendo ainda ser verificada a inexistência de pessoal em mobilidade especial apto para o desenvolvimento das funções subjacentes à contratação em causa, porquanto ainda não foi publicada a Portaria a que se refere o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 52/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, encontram-se assim reunidos todos os requisitos previstos no n.º 5, do art.º 26.º, desta Lei podendo ser submetida a parecer prévio da Câmara Municipal.* -----

-----Paços do Município de Oliveira do Hospital, 6 de março de 2012-----

-----O Director do DAGF,-----

-----João Manuel Nunes Mendes”-----

-----**Analisado o assunto e colocado à votação, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à referida contratação.**-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua actual redação, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente ata em minuta.-----

-----A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ATA**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **catorze horas**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi.-----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 6 de março de 2012**-----

**Presidente**

\_\_\_\_\_

**Vereadores**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 6 DE  
MARÇO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**